



AO DOMINGO

O interesse público da TAP é suficiente para reverter a privatização?



Clara Almeida Santos
Vice-reitora da Universidade de Coimbra

“O momento é ainda de demarcação em relação ao Governo anterior. A questão da TAP foi uma das bandeiras da campanha e é também um estandarte da coligação que na Assembleia da República suporta o Executivo socialista. A reconquista da posição maioritária na transportadora aérea está até prevista no programa do Governo. Acontecerá, com acordo ou sem acordo, já afirmou António Costa (e já tivemos provas cabais da força de vontade do primeiro-ministro). Esta lógica de reversão não será exclusiva do caso TAP, seguramente. Azeredo Lopes disse que o mesmo poderia acontecer no Ministério da Defesa. Conhecemos também a posição do PS, PCP e BE relativamente aos transportes públicos do Porto. Negócios tão cobiçados (que até se estranha apresentarem resultados negativos) não serão largados com facilidade. O ideal seria que cada notícia sobre este tema tivesse uma caixa com o valor que as reversões vão custar aos cofres do Estado. Este jornalismo de dados permitiria medir e comparar os vários interesses públicos em jogo.”



Elisa Ferreira
Eurodeputada do PS

“Interesse, há. Se é possível ou não, é outra questão. Há um caráter estratégico associado à empresa e esse é um dos setores que nós, assim como muitos outros países, consideramos estratégicos. Em segundo lugar, há questões sérias que se podem levantar relativamente às condições em que foi feita esta privatização, bem como o tempo político em que decorreu. Dito isto, há que fazer uma análise cuidada custo-benefício antes de tomar uma decisão definitiva. Não há dúvida de que reverter um contrato desta natureza é um assunto económico e juridicamente difícil e que todas as suas componentes têm que ser devidamente quantificadas e ponderadas.”



Sebastião Foyo
Reitor da Universidade do Porto

“Em realpolitik, esta questão é simples de entender, mas será excepcionalmente difícil de resolver. O contrato de venda foi legal e o atual quadro acionista é legal. Por outro lado, tanto política como legalmente, o Governo pode reclamar o interesse público para reverter a privatização. Se avançar, como parece que o irá fazer, terá naturalmente que pagar. Aí, iremos ter um negócio dispendioso, com uma disputa legal longa e complexa. A Atlantic Gateway SGPS, que detém atualmente 61%, será obrigada a aceitar a venda parcial de somente 12%? Qual o valor da parcela da expectativa de lucros do negócio? Por outro lado, uma empresa pública com os problemas laborais que as greves recentes dos pilotos demonstraram dificilmente será viável, tendo em conta a concorrência conhecida de todos. Certamente que os mais velhos deste país, em que me incluo, cresceram com uma cultura de amor à “empresa de bandeira”, cultura promovida desde os tempos de Salazar. Mas os tempos hoje são outros.”